

Orçamento da União para 89 não subestimará a inflação

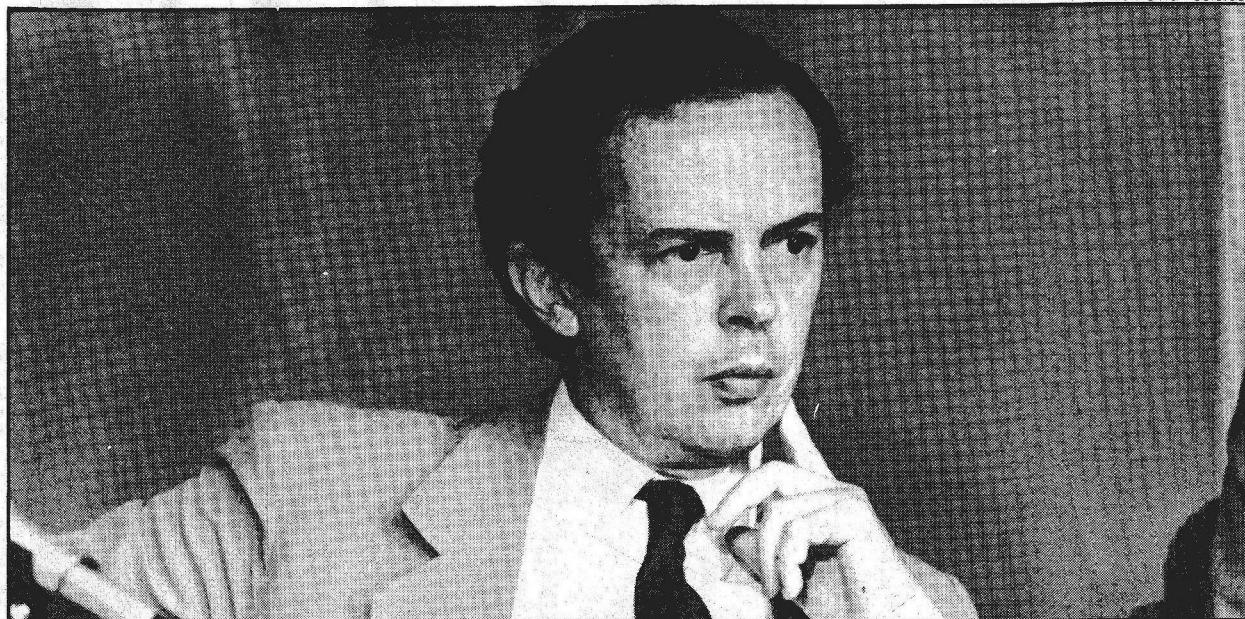
Aldori Silva 30.3.88

O projeto de orçamento para 1989, que deve ser apresentado ao presidente Sarney pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, ainda esta semana para encaminhamento ao Congresso Nacional até 31 de agosto, será indeixado e elaborado com base nos preços vigentes em junho passado, recalculados a partir de sua vigência, em janeiro do próximo ano, e por ocasião dos dispêndios, durante sua execução.

Esta metodologia foi adotada, segundo explicação do presidente da Associação Brasileira de Orçamento Público e funcionário da Seplan, Antônio Amato, ontem, para permitir maior transparência do Orçamento Geral da União (OGU) e condições de fiscalização e controle na sua execução, além de eliminar previsões oficiais de inflação que, por terem sido sistematicamente subestimadas, faz com que o setor privado trabalhe com previsões bastante superiores.

Esse artificialismo (o orçamento de 1988, por exemplo, foi calculado com base numa inflação prevista em 120%, mesmo diante de indicativos seguros que se aproximaria dos 600%, que não podiam ser admitidos pelo Governo) tem forçado a edição de inúmeras Leis de Excesso, para compatibilizar a receita — também subestimada — e as necessidades do Governo.

A reavaliação de custos/preços no novo orçamento, segundo a sistemática adotada, também será com base em diferentes fatores, já que mudam pressionados por diferentes causas, internas e externas. Desta forma, as despesas com pessoal e encargos terão variação de acordo com o Índice de Preços ao



Abreu entregará esta semana ao presidente Sarney o orçamento "real" para o próximo ano

Consumidor (IPC); o serviço da dívida externa e sua contrapartida pelos organismos nacionais para fazer frente aos empréstimos de instituições como o Banco Mundial, serão corrigidos com base na variação cambial; enquanto a dívida interna sofrerá a variação de indicadores associados aos ativos financeiros, ou basicamente pela OTN

Desmonte

No projeto já está incluída a "operação desmonte", pela qual o Governo Federal transfere grande parte de seus encargos a Estados e Municípios, em decorrência da redistribuição de receitas impostas

pela nova Constituição, embora o texto em elaboração atenda às determinações da legislação atual. Amato não quis adiantar números ou percentuais do projeto, inclusive o montante de cortes em função da operação desmonte.

Apontou, no entanto, a permanência de sérias distorções na nova ordem constitucional, principalmente a vinculação de receitas, como a do senador João Calmon, para a educação, e outras, que vinculam receitas a programas ou regiões. As prioridades devem ser ditadas por lei e pelo plano de Governo, pois podem mudar, e mudam, de acordo com a conjuntura, segundo Amato.

Há no projeto de orçamento, ainda, dispositivos que visam ao maior controle das operações de crédito por parte do Governo Federal e seus agentes, que se constituem, hoje, num dos principais focos de distorções. Amato apontou como de grande importância para a execução do orçamento segundo esta metodologia a criação do caixa único do Tesouro, a partir de setembro, favorecendo o adequado manejo de recursos e mesmo a melhor fiscalização e controle dos executores, o que dá maior importância ao OGU como instrumento de Governo, com maior ênfase aos aspectos substantivos e não apenas financeiros.